

A AGENDA DO G20 DA PRESIDÊNCIA DO BRASIL

*Vera Thorstensen*¹

*Michelle R. Sanchez-Badin*²

*Mayra Contin*³

*Catherine Rebouças Mota*⁴

1. G20 e seu processo histórico até aqui

Em 1999, um grupo de vinte maiores economias se juntou para debater economia internacional, finanças e política global. À época a reunião destes países cunhou a sigla G20. Quase dez anos depois, em 2008, diante da crise econômica global, o G20 se reuniu novamente, marcando um ponto de inflexão no sistema multilateral. Nesse contexto, o grupo expandiu e diversificou sua agenda para incluir questões além da economia, consolidando-se como um fórum permanente para discussões multilaterais e facilitando outras negociações bilaterais. O artigo de Renato Baumann nesta série nos brinda com detalhes sobre este processo histórico, o significado deste grupo, suas potencialidades, limitações e desafios contemporâneos.

O G20 é, hoje, então qualificado como um fórum internacional que procura convergir interesses de diversos países na temática de cooperação internacional, instituições econômicas e políticas nacionais, trabalhando conjuntamente com organizações econômicas internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Um dos elementos distintivos do G20, em relação a

¹ Professora da EESP/FGV. Coordenadora do Centro de Comércio Global e Investimentos (CCGI/FGV). Coordenadora da Cátedra OMC no Brasil. Lead Chair da TF4 do T20.

² Professora associada na Escola de Direito de São Paulo da FGV e em seu programa de Mestrado e Doutorado Acadêmicos em Direito e Desenvolvimento. Coordenadora do Centro de Direito Global e Desenvolvimento da FGV/SP e da Cátedra OMC no Brasil.

³ Graduanda de relações internacionais na Universidade Federal do ABC (UFA-BC) e estagiária do Núcleo de Direito Global e Desenvolvimento (NDGD) na Escola de Direito de São Paulo da FGV.

⁴ Doutora em Direito pela Universidade Federal do Ceará e Pesquisadora Sênior em Sustentabilidade no Centro de Estudos de Comércio Global e Investimentos vinculado à Fundação Getúlio Vargas (CCGI/FGV).

outros fóruns multilaterais e organizações internacionais é seu sistema de presidência rotativa, no qual, a cada ano, um país membro assume a liderança do grupo. Desta maneira, o intuito de um país assumir a presidência é trazer um programa e uma agenda com objetivos específicos de iniciativas prioritárias para o país.

Para assegurar a continuidade e a coerência de sua agenda, a coordenação do fórum, conhecida como “troika”, refere-se ao sistema de rotatividade das presidências, no qual o país que ocupa a presidência atual, juntamente com o anterior e o que assumirá no ano seguinte, trabalham em conjunto na condução da agenda global. Em 2023, a presidência da Índia focou na despolitização dos temas e o Brasil procura realizar o mesmo, evitando debater as questões geoeconômicas ao priorizar o consenso entre os estados membros. Tem sido de grande interesse do fórum manter o equilíbrio entre China, Estados Unidos e Rússia para fortalecer os fluxos comerciais e de capital global.

No ano de 2024, o Brasil assume a liderança em um contexto de tensões geopolíticas, intensificada com a invasão russa na Ucrânia e o conflito Israel-Palestina, e fragmentação geoeconômica, principalmente com o aumento do protecionismo, da noção de segurança econômica intensificada pela competição entre China e Estados Unidos, desafiando o princípio de cooperação e multilateralismo do G20.

2. As trilhas do G20 e a presidência do Brasil

Para seu funcionamento, existem duas trilhas com duas abordagens de trabalho diferentes, a Trilha de Finanças e a Trilha de Sherpas. A primeira busca discutir assuntos macroeconômicos, tais como economia global, arquitetura financeira internacional e finanças e saúde, e é conduzida por ministros e presidentes de bancos centrais dos países-membros. A segunda trilha engloba uma maior diversidade de temas, sendo responsável por discutir pontos específicos da agenda da cúpula e coordenar as negociações e acordos multilaterais. Alguns dos temas são: agricultura, pesquisa e inovação, economia digital e comércio e investimentos.

Em dezembro de 2023, o Brasil foi confirmado como o país que assumiria a Presidência do G20, e iniciou sua liderança da agenda do fórum em janeiro de 2024. Como esperado pela agência presidencial, o Brasil amplia a agenda do G20 com temas como agricultura, saúde, energia, meio ambiente e comércio, priorizando: 1) combate à fome, pobreza e desigualdade 2) reforma da governança global 3) desenvolvimento sustentável.

Em consonância com a incorporação de temas mais sociais, a novidade da presidência é o G20 Social, criado com o intuito de aproximar a sociedade civil das discussões e formulações de políticas relacionadas à agenda, trazendo 13 grupos de engajamento, sendo eles: o C20, com as principais organizações da sociedade civil do país anfitrião; o T20 (centros de estudo), com participação da Fundação Getúlio Vargas (FGV), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), entre outros; o Y20 (juventude), liderado pelo Conselho Nacional de Juventude; o W20 (mulheres), com a coordenação do Ministério das Mulheres; o L20 (trabalho), coordenado pela Confederação Sindical Internacional (CSI) e pelo Comitê Consultivo Sindical (TUAC-CSC) da OCDE; o U20 (cidades), com a presença de 38 cidades dos países do G20; o B20 (business), coordenado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI); o S20 (ciências), sob a liderança da Academia Brasileira de Ciências (ABC); o Startup20, sob a coordenação da Associação Brasileira de Startups; o P20 (parlamentos), liderado pelos presidentes dos parlamentos dos países membros; o SAI20 (tribunais de contas), sob a presidência do Tribunal de Contas da União (TCU); o J20, com o Supremo Tribunal Federal (STF) organizando juntamente com convidados das Cortes Supremas dos países do G20, da União Europeia e da União Africana; e o O20 (oceanos), sob a coordenação da Confederação Sindical Internacional (CSI) e do Comitê Consultivo Sindical (TUAC-CSC) da OCDE.

Em 4 de julho de 2024, os 13 representantes dos grupos de engajamento se reuniram e apresentaram, um a um, as principais sugestões aos grupos do G20 e aos sherpas. O calendário das reuniões dos grupos começou em dezembro de 2023, com o lançamento do SAI20. Desde então, o grupo B20 realizou reuniões no Rio de Janeiro (RJ), em Brasília e Fortaleza; os grupos S20, J20, W20, C20 e O20 também se reuniram no RJ; o Startup20 se encontrou em Macapá e no RJ; o SAI20 em Brasília e Belém; o P20 em Maceió; o Y20 em Belém e no RJ; e o grupo W20 esteve em Brasília, Salvador, Belo Horizonte, Recife, no sul do país e em Belém. Ao todo, durante o ano de 2024, estão previstas mais de 50 reuniões (virtuais e presenciais) dos grupos ao redor do país, além de outras atividades envolvendo a sociedade. O ponto alto da presidência do Brasil é a descentralização das reuniões, permitindo ampliar a discussão e destacar a diversidade e a potência do país como um todo.

O ponto alto do G20 Social será a Cúpula Social, que ocorrerá entre os dias 14 e 16 de novembro de 2024, às vésperas da Cúpula de Chefes de Estado do G20, ambas no Rio de Janeiro. O evento do G20

Social terá como objetivo apresentar os trabalhos desenvolvidos pelos grupos de engajamento ao longo de um ano, com a presença de milhares de organizações sociais de mais de 60 países. A cúpula resultará em um documento final com propostas que serão encaminhadas pela presidência brasileira aos chefes de Estado. Como uma inovação brasileira, essa cúpula tem o potencial de se tornar um legado do Brasil para o mundo e para as formas de atuação dos fóruns internacionais, ao incorporar pela primeira vez a visão, reflexão e contribuição do povo, historicamente excluído das decisões e políticas no âmbito do G20.

O T20 (Think20), grupo de engajamento que reúne think tanks e centros de pesquisa, tem como meta final o compartilhamento de documentos finais (ou ‘policy briefs’), contendo políticas e sugestões de atuação, para os líderes das Trilhas Sherpa e Finanças. O grupo de engajamento T20 possui 6 forças-tarefas (‘task forces’), sendo elas: T1 - Combate às desigualdades, pobreza e fome; T2 - Ação climática sustentável e transições energéticas inclusivas e justas; T3 - Reforma da arquitetura financeira internacional; T4 - Comércio e investimento para crescimento sustentável e inclusivo; T5 - Transformação digital inclusiva; e T6 - Fortalecimento do multilateralismo e da governança global.

Dentro de cada força-tarefa, existem grupos de trabalho com focos específicos. A Força-Tarefa 4 (TF04) tem como objetivo alavancar os mecanismos de comércio e investimento para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (SDGs) e é co-presidida por Vera Thorstensen e Axel Berger. O TF04 pretende apresentar ideias inovadoras, baseadas em pesquisas, ao Grupo de Trabalho de Comércio e Investimento e a outros Grupos de Trabalho relacionados do G20. A TF04 conta com 20 especialistas, divididos em grupos de trabalho específicos

1. Comércio e investimento para combater a desigualdade, a pobreza e a fome, e a inclusão social;
2. Comércio e investimento, segurança alimentar e ação climática;
3. Mulheres no comércio;
4. Comércio e transformação digital;
5. Promoção de maior participação de micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) no comércio e nos investimentos;
6. Lidar com o neoprotecionismo e as características mutáveis das cadeias globais de valor.

O objetivo das pesquisas da TF04 é fortalecer o sistema comercial, que atualmente utiliza tarifas, subsídios e padrões técnicos e ambientais como instrumentos de competição em disputas comerciais. Um sistema

de comércio e investimento baseado em regras é essencial para enfrentar os desafios geopolíticos e promover espaços multilaterais. A participação do T20 nesse processo é altamente influente, com impacto significativo nos processos políticos do G20. Por tratar de assuntos prioritários para o governo brasileiro, as contribuições sobre modelos econômicos justos e as propostas para a mitigação dos impactos das mudanças climáticas são inéditas e inovadoras. As publicações dos policy briefs de cada eixo de trabalho, bem como os comentários e “communiqués”, ficam disponíveis no próprio site do T20 Brasil.

3. Algumas novas provocações para a agenda do G20

Visando à flexibilidade e à diversidade na forma de atuação do G20, o Projeto de Extensão GV20 tem como objetivo fomentar o diálogo entre especialistas em comércio internacional e investimentos e a comunidade acadêmica da Fundação Getulio Vargas (FGV).

Com o foco em discutir as temáticas prioritárias do G20 com os estudantes de graduação e pós-graduação, o projeto oferece oportunidades para uma aproximação aos temas de política externa dos países membros, promovendo uma compreensão mais profunda dos desafios globais e incentivando a produção de soluções sustentáveis e inclusivas.

O Projeto GV20 organizou palestras e reuniões com especialistas relevantes, diretamente envolvidos no G20, criando oportunidades de contato e formação sobre os temas prioritários da Task Force 4. Essas atividades permitiram um envolvimento prático e produtivo dos alunos, que participaram de discussões informadas baseadas em textos previamente selecionados e disponibilizados. O objetivo final é a produção de um material alinhado aos ‘policy briefs’ do fórum, ou seja, documentos propositivos com dados e soluções para as problemáticas abordadas.

De maneira semelhante à organização da Task Force 4, as temáticas do Projeto GV20 foram organizadas em grupos de trabalho para abordar seis eixos diferentes. A escolha desses eixos temáticos foi orientada pelas prioridades estabelecidas pelo G20 e pela Task Force 4, bem como pela relevância desses temas para o contexto brasileiro e global. Desse modo, eles refletem os desafios atuais mais críticos nas áreas de comércio, investimento, inclusão social e sustentabilidade.

Os grupos de trabalho do Projeto GV20 foram designados para tratar dos seguintes temas: Comércio e investimento para combater a desigualdade, a pobreza e a fome, e promover a inclusão social; Comércio e investimento, segurança alimentar e ação climática;

Mulheres no comércio; Comércio e transformação digital; Promoção de maior participação de micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) no comércio e nos investimentos; e lidar com o neoprotecionismo e as características mutáveis das cadeias globais de valor.

Os alunos puderam escolher os eixos de acordo com sua proximidade, gosto e familiaridade com os assuntos, baseados em matérias e conteúdos desenvolvidos dentro da FGV. Cada grupo era composto por alunos de graduação e pós-graduação, vinculados aos Cursos de Direito e Economia. A coordenação dos grupos de trabalho foi designada a alunos de pós-graduação que tivessem maior interesse e interação com o tema específico, o que permitiu um diálogo rico e produtivo. Essa dinâmica não apenas facilitou a troca de conhecimentos e experiências, mas também incentivou a colaboração interdisciplinar, essencial para a abordagem dos complexos desafios globais discutidos no projeto. Neste volume, registramos, então, juntamente com este texto de abertura e o artigo de Renato Baumann, os policy briefs elaborados pelos integrantes do GV20, para diálogo com a comunidade especializada em comércio e investimento no Brasil e alhures.

Agradecemos aqui a todos os que colaboraram, direta e indiretamente, com este projeto, com destaque para a coordenação de extensão nas Escolas de Direito e de Economia da FGV/SP, Vera Kanas que acompanhou e alimentou os debates e iniciativas no grupo, Rabih Nasser pelo estímulo nesta publicação, Renato Baumann, Rodrigo Lima, Lucas Taschetto e Marina Carvalho. Sem o apoio e interlocução com estas pessoas, os resultados do GV20 não teriam chegado até aqui.